

política

Bolsonaro se manifesta pelas redes sobre tarifaço de Donald Trump

/ COMÉRCIO EXTERIOR

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) admitiu pela primeira vez impactos negativos da sobretaxa imposta pelo presidente Donald Trump, dos Estados Unidos, ao Brasil, mas repetiu o discurso de seus filhos ao insistir que a solução para o problema é a anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro e aos réus acusados de uma trama golpista em 2022 para impedir a posse de Lula (PT) na Presidência da República.

“Não me alegra ver sanções pessoais, ou familiares, a quem quer que seja. Não me alegra ver nossos produtores do campo ou da cidade, bem como o povo, sofrer com essa tarifa de 50%”, disse Bolsonaro em suas redes sociais. Foi a primeira vez que o ex-presidente adotou este tom para tratar do tema. As informações são da agência Folhapress.

Até aqui, seus filhos - o deputado federal licenciado, Eduardo Bolsonaro (PL-SP), e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) - vem comandando a ofensiva para tentar emplacar o discurso de que a anistia é a solução para a taxaço.

O ex-presidente repetiu a tese e tentou se distanciar de eventual culpa pelo tarifaço ao afirmar que são as autoridades brasileiras que devem resolver o problema. “A solução está nas mãos das autoridades brasileiras. Em havendo

harmonia e independência entre os Poderes nasce o perdão entre irmãos e, com a anistia também a paz para a economia”, completou.

Até aqui aliados de Bolsonaro tentavam emplacá-lo como possível negociador para resolver a tarifa. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), inclusive chegou a pedir que o Supremo Tribunal Federal (STF) liberasse o ex-presidente para viajar aos Estados Unidos com este propósito.

Na carta em que justificou a taxaço de 50% a produtos brasileiros, Trump não citou nenhum fator econômico, mas sim o inquérito do STF sobre a tentativa de golpe de 8 de janeiro, no qual Bolsonaro é réu.

Na publicação, o ex-presidente admitiu que o tarifaço dos Estados Unidos é, na verdade, uma medida política que “tem muito mais, ou quase tudo, a ver com valores e liberdade, do que com economia”.

Tanto Eduardo quanto Flávio Bolsonaro já afirmaram que a solução para o tarifaço é uma “anistia ampla, geral e irrestrita”, usando a terminologia do perdão dado aos militares ao final da ditadura brasileira.

Eduardo se licenciou do cargo de deputado para viajar aos Estados Unidos justamente com o propósito de tentar fazer com que Trump apoiasse seu pai, Bolsonaro.

Lula prepara ofensiva para dialogar com empresários sobre ato dos EUA

O presidente Lula (PT) deverá ter mais exposição, dar mais entrevistas e procurar empresários após Donald Trump anunciar tarifa de 50% sobre produtos brasileiros em represália a decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). Para auxiliares do petista, a sobretaxa do governo dos EUA dá força ao discurso de combate a privilégios encampado pelo governo brasileiro.

A ideia é usar a imagem de Trump como a personificação da injustiça social e do desrespeito à soberania, associando a ele o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e também seu afilhado político, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), cotado para a disputa presidencial de 2026. As informações são da agência Folhapress.

O perfil de Lula no X publicou no sábado um card com a bandeira

do Brasil e assinatura de Lula. “O povo brasileiro precisa ser respeitado”, diz o texto, que também ressalta a soberania e proteção das empresas. “A justiça brasileira precisa ser respeitada. Somos um país grande, soberano, e de tradições diplomáticas históricas com todos os países. O Brasil vai adotar as medidas necessárias para proteger seu povo e suas empresas”, completa.

Um dos materiais que fazem parte da campanha e a que a reportagem teve acesso é um vídeo com a temática da soberania. “O Brasil é um país soberano. E um país soberano é um país independente, que respeita suas leis. Um país soberano protege seu povo e sua democracia. Um país soberano não baixa a cabeça para outros países. E ser contra nossa soberania é ser contra o Brasil”, diz o narrador.

Estado anuncia maior conciliação de precatórios

Procuradoria Geral do Estado pagará R\$ 3,3 bilhões a partir de acordos

/ GOVERNO DO ESTADO

Caren Mello

caren.mello@jcrs.com.br

O governo do Estado anunciou na sexta-feira nova possibilidade de acordos para pagamentos de precatórios expedidos pelo Tribunal de Justiça. Junto com a ocorrida no início do ano, a 9ª rodada vai perfazer R\$ 3,3 bilhões em recursos. Publicada no Diário Oficial do Estado, a medida foi anunciada pelo governador Eduardo Leite, em coletiva no Palácio Piratini.

“É a maior liberação de valores para precatórios na história recente do Estado, diminuindo o estoque de mais de R\$ 16 bilhões de dívidas deixadas por outras gestões que, ou não pagavam, ou faziam pagamentos residuais”, destacou Leite.

Os valores a serem liberados a partir de solicitações dentro dos processos já nesta segunda-feira fazem parte de um pacote que envolve recursos públicos e financiamentos. Junto aos recursos do programa Pró-Sustentabilidade RS, o Estado fez um financiamento de US\$ 500 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em formato de reembolso, e de um consórcio de bancos comerciais.

A estimativa da PGE é de neste semestre se repitam o número de beneficiários contemplados até junho, entre 25 e 30 mil credores. A estimativa é de que os valores da 8ª rodada sejam pagos até o mês de setembro, para, em outubro, se-



Governador Eduardo Leite fez um chamamento aos credores do RS

jam pagos as da 9ª rodada. As manifestações de interesse devem ser feitas até dia 15 de agosto. Os valores, com 40% de deságio, podem ser pagos em até dois meses.

De acordo com o procurador-geral do Estado, Eduardo Costa, desde 2015 foram finalizados mais de 48 mil. No ano passado, foram pagos cerca de R\$ 1,8 bilhão em precatórios, com recursos do BID. No primeiro semestre deste ano, foram liberados R\$ 1.805 bilhões em acordos. A maior parte dos valores foram divididos entre os processos em ordem cronológica de preferência e acordos administrativos diretos, além de valores destinados ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT4) e compensações com débitos da dívida ativa.

A capacidade de pagamento só não foi maior por dois motivos, segundo Leite. A alta de juros dificultou a tomada de empréstimo. Além disso, existe o entendimento

pelo STF de que metade da tomada deve ser direcionada à ordem cronológica de pagamentos, isso é, da fila de devedores. O estoque de precatórios chega a R\$ 16 bilhões.

Leite falou ainda do esforço coletivo que vem sendo feito para colocar em dia as contas do Estado. Foram regularizados pagamento de fornecedores e colocados os salários em dia, além da retomada de capacidade de investimento e resolução de problemas estruturais, como é o caso da dívida com precatórios. O governador também destacou o impacto que a liberação desses valores. “São recursos da ordem de 0,5 % do PIB do Estado Estes recursos estarão em mãos de pessoas que irão quitar dívidas e farão circular na Economia, no consumo e no varejo. É a oportunidade de um pagamento mais rápido. Peço que as pessoas requisitem aos seus advogados”, concluiu.

Senado deve votar alterações em pesquisas eleitorais

/ LEGISLAÇÃO

O Senado se prepara para votar a proposta do novo Código Eleitoral brasileiro e, apesar de estar com o projeto há quase quatro anos, pretende chanceler mudança relativa às pesquisas eleitorais que é controversa e não teve quase nenhum debate nas sessões de discussão. O texto relatado pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI) estabelece que a divulgação de pesquisas terá que ser precedida da informação dos três últimos levantamentos eleitorais realizados por aque-

le instituto na disputa anterior, em comparação com o resultado das urnas.

A medida, com potencial de embaralhar as informações dadas aos eleitores e que é bastante criticada por diretores dos institutos, não foi alvo de emendas nem de discussões relevantes no Senado, apesar de o texto aprovado pela Câmara estar por lá há quase quatro anos. Pesquisas eleitorais são antigos alvos dos congressistas, que afirmam haver em alguns casos fraudes e indução do eleitor a erros, principalmente em disputas regionais.

Ao aprovar o novo código em 2021, por exemplo, a Câmara Federal estabeleceu uma censura à divulgação de pesquisas na véspera e no dia da votação, além de estipular que os institutos publicassem um “percentual de acerto” das últimas cinco eleições. Ou seja, que cotejasse as últimas pesquisas daqueles anos com o resultado das urnas. O senador Marcelo Castro retirou de seu relatório a censura, frisando que a medida já havia sido considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).